EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE PÚBLICA: uma análise crítica da literatura

Ana Carolina Pires Vieira*
Silmara Sartoreto de Oliveira**

RESUMO

Cada vez mais as políticas de saúde pública vêm se ampliando e ganhando destaque na sociedade. Dessa forma, debates e ações envolvendo educação ambiental e saúde estão na ordem do dia. O presente trabalho visa analisar o estado da arte do tema educação ambiental e saúde em revistas da área no Brasil. Para tanto, foram analisados artigos publicados a respeito do tema educação ambiental e saúde, por meio eletrônico (internet), nos sites específicos das revistas, nos volumes *on line* e através do portal CAPES. Os resultados encontrados indicam que o número de publicações relativas ao tema ainda é bastante pequeno, se comparado ao número total de publicações na área de meio ambiente; porém, encontra-se em crescimento nos últimos anos. Com isso, conclui-se que o interesse pelo tema educação ambiental e saúde está em constante ascensão, tanto no âmbito da comunidade científica, quanto no das comunidades em geral.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Saúde Pública. Políticas de Saúde Pública. Sociedade.

ABSTRACT

Environmental Education And Public Health: A Critical Analysis Of The Literature

Public health policies have increasingly been broadened and gotten relevance in society. Thus, debates and actions on Environmental Education and health have become more frequent. This paper aims to analyze the state of the art of the theme of Environmental Education and health in journals published in Brazil. In order to achieve this objective, papers on this theme were analyzed in journal sites, in online publications and at the CAPES on-line portal. Results show that the number of

^{*} Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Gama Filho (UGF). Professora Substituta - Faculdade de Terapia Ocupacional de Alagoas (FATOAL), da Universidade de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas (UNCISAL). E-mail: acpvieira@gmail.com

Doutora em Educação para a Ciência pela Faculdade de Ciências, UNESP/Bauru. Professora Adjunto - Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: silmara.sartoreto@uel.br

papers on the theme is still very small in comparison with the total number of papers in the environmental area even though it has increased over the past years. Therefore, the interest in the theme of Environmental Education and health is growing in the communities, mainly in the scientific one.

Keywords: Environmental Education. Public Health. Public Health Policies. Society.

INTRODUÇÃO

As políticas de Educação Ambiental no Brasil estão definidas pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a qual dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Segundo a referida lei, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Portanto, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (Ministério do Meio Ambiente, 1999).

Sendo assim, com a crescente preocupação do homem em relação às questões ecológicas e aos graves efeitos de sua ação predatória sobre o planeta e sobre a própria espécie, a atenção à saúde se volta para um contexto mais amplo, levando em conta as relações estabelecidas com o ambiente físico e social. A dimensão ambiental abrangente pode ser uma oportunidade para superar, de vez, o enfoque sanitarista tradicional da educação em saúde, restrita às práticas centradas unicamente em regras de higiene pública e individual (Mohr & Schall, 1992, p.199).

De acordo com Franco & Vaz (2007), a proposta de situar a educação popular ambiental na área da saúde coletiva ressalta o vínculo entre os dois campos, uma vez que ambos tratam de sujeitos coletivos, que lutam por direitos sociais; por direitos humanos básicos, como saúde e educação; que lutam por direitos civis e por um ambiente onde todos possam satisfazer suas necessidades e exercer sua humanidade em plenitude (p. 83).

A educação popular ambiental como ponta de partida para pensar atitudes que respondam às necessidades sociais, políticas e econômicas dos sujeitos e que, em se tratando de necessidades em saúde coletiva,

devem partir da superação do modelo biomédico derivado do positivismo (Campos, 2000 *in* Franco & Vaz, 2007, p. 88).

A educação popular ambiental, no contexto dos movimentos sociais, trabalha a interdependência entre a base de sustentação material dos indivíduos e do planeta e a construção de um novo projeto de sociedade, que emancipe o ser humano e no qual a vida em todas as suas dimensões seja a medida (Franco & Vaz, 2007, p. 90).

Segundo Franco & Vaz (2007), unir a área da saúde com a área ambiental é ter a educação popular ambiental não formal como um campo do saber que dialoga com o campo da saúde coletiva, na busca pela qualidade de vida aliada à mudança social de coletivos de trabalhadores envolvidos no processo educativo, a partir de suas necessidades.

À luz de tal entendimento, é fundamental pensar o campo da saúde coletiva como um conjunto de práticas e saberes que influenciam na promoção da qualidade de vida e extrapolam os serviços de saúde. É essa também a direção assumida por Campos (2000, p. 90), que se pauta no "reconhecimento de que a saúde coletiva é um saber constitutivo e essencial a todas as práticas em saúde", além de admitir que outros campos produzam conhecimentos e políticas relevantes a sua sustentação.

Com base no contexto apresentado, o presente trabalho visa fazer uma análise crítica da literatura concernente à educação ambiental e à saúde.

PERCURSO METODOLÓGICO

A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicas "Scielo" e "Lilacs". As palavras-chave utilizadas foram: "educação ambiental" e "saúde". A pesquisa limitou-se ao idioma português.

Para a escolha das revistas, levou-se em consideração os seguintes critérios de inclusão: a) ser da área de saúde e ambiente, b) estar veiculada na internet, c) participar do acervo eletrônico do portal CAPES, d) estar indexada e ser reconhecida pela comunidade científica.

As revistas analisadas segundo os requisitos estabelecidos previamente foram:

- Ciência & Saúde Coletiva:
- Cadernos de Saúde Coletiva:

- Cadernos de Saúde Pública;
- Ambiente e Educação: Revista de Educação Ambiental;
- Ambiente & Sociedade.

Os estudos foram pré-selecionados através dos títulos e da leitura dos resumos, com base nos critérios de inclusão supracitados, no período de março a agosto de 2009. Quando o título e o resumo não forneciam informações suficientes, os autores realizaram a leitura do artigo na íntegra e definiram a inclusão ou não do mesmo no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma disponibilidade de 3.579 artigos encontrados, apenas dez enfocavam o tema Educação Ambiental e Saúde como assunto principal. Os dez textos foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão mencionados e, conforme já informado, a análise criteriosa de cada artigo foi realizada pelos autores. Os resultados obtidos nos fazem refletir sobre a importância do tema pesquisado. Segundo Franco & Vaz (2007), a proposta de situar a educação popular ambiental na área da saúde ressalta o vínculo entre os dois campos, pelo fato de ambos tratarem de sujeitos coletivos, que lutam por direitos sociais; por direitos humanos básicos, como saúde e educação; por direitos civis e por um ambiente onde todos possam satisfazer suas necessidades e exercer sua humanidade em plenitude (p. 91).

Outro achado relevante foi que a revista com maior número de artigos publicados sobre o tema Educação Ambiental e Saúde foi a Cadernos de Saúde Pública, com um total de cinco artigos; as demais, Ciências e Saúde Coletiva, Cadernos de Saúde Coletiva, Ambiente e Educação e Ambiente e Sociedade publicaram um, dois, um e um, respectivamente.

Percebe-se que o número de publicações envolvendo o tema em questão ainda é bastante pequeno, se comparado ao número de total de publicações. O fato é percebido uma vez que o tema em foco é cada vez mais discutido e trabalhado, conforme podemos verificar no que nos dizem Rigotto e Augusto (2007), para quem as transformações ambientais produzidas na relação sociedade-natureza e suas implicações para a saúde, por exemplo, começam a se configurar como *problema* na agenda sócio-política internacional.

O tema abordado passa a ser construído como tal e difundido no mundo social por vários atores, na busca pelo reconhecimento por parte de um conjunto amplo de indivíduos e instituições. É necessário pontuar que, se a evolução do sistema social parece ser determinada pelo progresso científico e tecnológico, e se este se apresenta como praticamente autônomo, são os interesses humanos que continuam a determinar a direção, as funções e a velocidade do progresso mencionado. Sendo assim, apesar de tais movimentos sociais terem se iniciado nos anos 70, somente a partir dos 90 uma produção acadêmica mais sistemática sobre a relação saúde e ambiente passou a ser escrita (Porto e Martinez-Alier, 2007).

Verificando-se as datas 2003, 2002, 2001, 2000, 1999, 1998, 1997, 1996, 1995, 1993, 1989, 1988, 1987, 1986 e 1985, foram os anos que apresentaram menor número de publicações sobre o tema Educação Ambiental e Saúde, nas revistas pesquisadas. O dado está sendo ressaltado para mostrar que, apesar de desde os anos 70 a sociedade já vir discutindo e percebendo a importância do tema, as pesquisas científicas ainda são escassas, mesmo passadas quatro décadas, mostrando que a mudança é lenta e gradativa, não só na educação da sociedade, mas também no meio acadêmico. No ano de 2005, com o mesmo tema, foram encontrados dois artigos por ano respectivamente. Em 2006, 2007 e 2008, o número de publicações caiu para um. É importante considerar que ainda podem vir a ser publicados, neste ano de 2005, artigos com o tema, após a data de finalização da coleta dos dados. Os resultados encontrados se embasam no fato de que, a partir do século XXI, houve uma publicação mais constante sobre o tema. De acordo com Porto e Martinez-Alier (2007), a atual conformação do novo paradigma em saúde e ambiente vem sendo impulsionada pelas discussões em torno da promoção da saúde e sua influência na construção de agendas internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS), como é o caso da Saúde para Todos no Ano 2000 e dos Objetivos do Milênio.

Após a leitura crítica dos artigos, foram criadas três categorias para análise, de acordo com a maneira como abordavam e enfocavam o tema a ser explorado nesta pesquisa. A categorização foi realizada para que os leitores possam melhor compreender os artigos analisados e o modo como os temas foram enfocados nos mesmos, com o objetivo de esclarecer os termos para a realização das pesquisas na área e os

procedimentos utilizados. As categorias foram as seguintes:

- Educação Ambiental e Saúde na Promoção da Saúde: foram incluídos nesta categoria todos os artigos que buscavam experiências na comunidade em geral, com o emprego de projetos de educação ambiental e saúde na área de promoção de saúde.
- Educação Ambiental e Saúde na Prevenção da Doença: nesta categoria foram incluídos os artigos que descrevem experiências na comunidade em geral, com o emprego de projetos de educação ambiental e saúde na área de prevenção da saúde.
- <u>Desenvolvimento da Educação Ambiental e Saúde:</u> nesta categoria foram incluídos os artigos que descrevem o desenvolvimento da Educação Ambiental e Saúde.

Considerando as categorias criadas, os artigos estão distribuídos da seguinte maneira: seis artigos na primeira categoria, dois na segunda e dois na terceira.

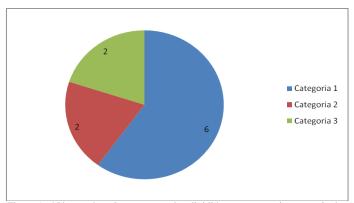


Figura 1 - Número de artigos encontrados divididos nas categorias supracitadas

Em relação aos resultados obtidos, Porto e Martinez-Alier (2007) afirmam que a importância da questão ambiental e do movimento ambientalista, associada ao movimento pela promoção da saúde, vem fortalecendo a introdução de novas abordagens no campo da saúde pública, que buscam a integração entre abordagens ecossistêmicas e sociais, no entendimento de problemas de saúde da população.

Percebe-se ainda que o tema Educação Ambiental e Saúde, visto como uma forma de promoção de saúde, mesmo sendo apontado, hoje, como uma área em desenvolvimento, é trabalhado em menos de 10% do total de artigos encontrados.

A respeito disso, Freitas (2003) lembra que, a partir do último quartel do século XX, a preocupação com os problemas ambientais tornou-se proeminente em muitos países e resultou em duas grandes conferências mundiais sobre o tema, organizadas pela ONU: a de Estocolmo, em 1972, e a do Rio, em 1992. Em paralelo, emerge uma Nova Saúde Pública (NSP), cuja estratégia consiste em mudar o foco das práticas centradas principalmente nos aspectos biomédicos da atenção, na direção de uma compreensão preventiva do estado de saúde, passando a direcionar maior atenção para as dimensões ambientais da saúde.

Emblemáticos desse processo são o Relatório Lalonde, em 1974, que define as bases para o movimento de promoção da saúde e no qual são incorporadas questões como a criação de ambientes favoráveis à saúde; o Projeto Cidades Saudáveis, lançado em 1986, pela OMS; e a definição, na Agenda 21, da saúde ambiental como prioridade social para a promoção da saúde (Freitas, 2003).

CONCLUSÃO

O foco da revisão aqui proposta foi a busca e a análise crítica das publicações científicas sobre o tema Educação Ambiental e Saúde e as ações que vêm sendo desenvolvidas nesse sentido.

Diante do exposto nos resultados, percebe-se que o interesse sobre o tema educação ambiental e saúde apresenta constante crescimento, tanto na comunidade científica, quanto nas comunidades em geral, através de ações educacionais. O fato foi impulsionado pela construção de agendas internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS).

Porém, apesar do crescente interesse observado, sabe-se que toda a mudança é lenta e gradativa; por isso, o resultado final deste trabalho nos leva a concluir que, embora seja um tema bastante discutido na atualidade, bem como utilizado em comunidades, a publicação de artigos na área é ainda insuficiente.

Espera-se que os dados apresentados possam alavancar o processo de publicação, numa área vital para todos. Com isso, projetos bem-

sucedidos seriam mundialmente divulgados e replicados, contribuindo para uma sociedade mais consciente de seus deveres para com o meio ambiente e ciente de que suas ações refletem na saúde de todos, pois ambiente e saúde caminham juntos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, G. W. de S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. In: Ciência e Saúde Coletiva, 5(2): 219-230, 2000.

FRANCO, J. B. & VAZ, M. R. C. Aprendendo a ensinar a partir de uma perspectiva socioambiental no contexto da saúde coletiva. Ambiente & Educação, vol. 12, 2007

FREITAS, M. C. *Problemas Ambientais, Saúde coletiva e Ciências Sociais*. Ciências & Saúde Coletiva, 8(1): 137-150, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Lei nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999*, http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteu do=967, acesso em 22 de abril de 2009.

MOHR, A. & SCHALL, V. T. Rumos da Educação em Saúde e sua relação com a educação ambiental. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 8 (2): 199-203, abr/jun, 1992.

PORTO, M. F. & MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia Política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para promoção de saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 Sup. 4:503-512, 2007.

RIGOTTO, R. M. & AUGUSTO, L. G. da S. *Saúde e Ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e equidade social.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 Sup 4: 475 – 501, 2007.